

**CONFORMISMO, CRISE E POPULISMO:
O COLAPSO DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA SOB A
PERSPECTIVA AGONÍSTICA DE CHANTAL MOUFFE**

*João Pedro Monteiro**

Resumo: O presente artigo pretende analisar a atual crise democrática global com base na perspectiva agonística de Chantal Mouffe. Em um primeiro momento, apresenta-se tanto a crítica da pensadora belga ao modelo de democracia deliberativa quanto os fundamentos do modelo alternativo defendido por ela. Busca-se, com isso, contrapor as reflexões de Mouffe a respeito das dimensões do "político" e do papel das "paixões" às visões dogmáticas sobre a polarização política. Parte-se, então, para um exame acerca do "populismo de esquerda", estratégia política proposta pela autora em face do atual momento político. Este tipo de populismo, ao contrário daquele de cunho autoritário e ultranacionalista que se encontra em alta, não adota uma concepção excludente de povo. Zelando por uma ética retórica, tem como principal objetivo o aprofundamento do projeto democrático e o rompimento com a ordem neoliberal. Mais adiante, a discussão é trazida para o âmbito nacional. Visando pôr à prova o diagnóstico de Mouffe, retomam-se os eventos políticos que culminaram na atual crise política brasileira e na chegada de Jair Bolsonaro ao poder.

Palavras-chave: Democracia; Autoritarismo; Populismo.

**CONFORMISM, CRISIS AND POPULISM:
THE COLLAPSE OF CONTEMPORARY DEMOCRACY FROM
CHANTAL MOUFFE'S AGONISTIC PERSPECTIVE**

Abstract: This paper aims to analyze the current global crisis in democracy through Chantal Mouffe's agonistic point of view. First, it presents not just the belgian thinker's critique of the deliberative democratic model but also the fundamentals of the alternative model that she proposes. The idea is to oppose Mouffe's reflections about the dimensions of the "political" and the role of passions to dogmatic visions about the political polarization. Then, it examines the left-populism, a political strategy proposed by Mouffe in front of the political moment. This kind of populism, unlike the authoritarian and ultranationalist one that rises today, does not adopt a conception of people that excludes some social groups. Preserving a rhetorical ethics, it aims to expand the democratic project and to break with the neoliberal order. In sequence, the discussion follows the national scope. In order to evaluate Mouffe's diagnostic, it resumes the political events that led to the brazilian crisis and to Bolsonaro's victory in 2018.

Keywords: Democracy; Authoritarianism; Populism.

* Graduando pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ), Brasil. Monitor bolsista de Teoria do Direito e estagiário no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro. Atualmente, pesquisa sobre crise da democracia e estudos jurídicos críticos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1049-8861>. Contato: joapedrobm99@gmail.com.

CONFORMISMO, CRISIS Y POPULISMO: EL COLAPSO DE LA DEMOCRACIA CONTEMPORÁNEA BAJO LA PERSPECTIVA AGONÍSTICA DE CHANTAL MOUFFE

Resumen: El presente artículo pretende realizar un análisis de la actual crisis democrática global a partir de la perspectiva agonística de Chantal Mouffe. En un primer momento, se presenta tanto la crítica de la pensadora belga al modelo de democracia deliberativa como los fundamentos del modelo alternativo defendido por ella. Con esto, se busca contraponer las reflexiones de Mouffe sobre las dimensiones de lo "político" y el papel de las "pasiones" a las visiones dogmáticas sobre la polarización política. A continuación, comenzamos con un examen del "populismo de izquierda", estrategia política propuesta por el autor frente al momento político actual. Este tipo de populismo, a diferencia del de carácter autoritario y ultranacionalista que está en auge, no adopta una concepción excluyente del pueblo. Velando por una ética retórica, su principal objetivo es profundizar el proyecto democrático y romper con el orden neoliberal. Más adelante, la discusión se lleva a nivel nacional. Con el objetivo de poner a prueba el diagnóstico de Mouffe, se retoman los eventos políticos que culminaron en la actual crisis política brasileña y en la llegada de Jair Bolsonaro al poder.

Palabras clave: Democracia; Autoritarismo; Populismo.

1 Introdução

Após o *Brexit* e a vitória de Donald Trump nas eleições estadunidenses de 2016, formou-se um consenso – pelo menos entre pensadores de esquerda¹ - no sentido de que vivemos uma crise global da democracia. Em constante expansão há décadas, o movimento de democratização finalmente teria começado a ceder – ou retroceder – com a chamada “onda azul”, que levou líderes autoritários e ultranacionalistas ao poder em todo o mundo.

A onda azul, porém, não começou a avançar em 2016. Na Hungria, por exemplo, Viktor Orbán assumiu o cargo de primeiro-ministro ainda em 2010. Já na Polônia, Andrzej Duda chegou à presidência em 2015. O autoritarismo ultranacionalista, portanto, ressurgiu muito antes de Trump. Entretanto, foi a partir da vitória do republicano que este fenômeno político passou a atrair maior atenção dos estudiosos.

Surgiram, então, diversas teorias sobre o que teria levado a esse momento crítico. Neste contexto, ganharam grande notoriedade as ideias compartilhadas por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt no livro *Como as Democracias Morrem*. A partir de uma análise da história

¹ Segue-se, aqui, a classificação proposta por Bobbio. De acordo com o autor italiano, a esquerda se caracteriza pelo igualitarismo, tendendo a exaltar a união entre os homens e a valorizar políticas que visam reduzir a desigualdades. Já a direita, que parte de uma visão oposta, reconhece o valor da diversidade para o desenvolvimento humano. V. BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

política dos EUA, os autores tentam explicar a ascensão de Donald Trump e expor os riscos que a democracia estadunidense passou a correr após a sua eleição.

Levitsky e Ziblatt sustentam que, enquanto no passado as democracias eram “mortas” com golpes de Estado, hoje elas são destruídas internamente. Deixando de seguir regras informais, não escritas, governantes autocratas conseguem enfraquecer instituições vitais para o funcionamento dos regimes democráticos e, assim, matá-los lentamente.

Os autores defendem, contudo, que os democratas não devem se igualar a estes governantes adotando suas táticas de “jogo sujo”. Em seu entendimento, isto poderia afastar os moderados e ajudar a unificar as forças governistas.

Em nossa opinião, a ideia de que os democratas deviam “lutar como os republicanos” é equivocada. Acima de tudo, a evidência oriunda de outros países sugere que essa estratégia beneficia diretamente o jogo dos autoritários. Táticas de terra arrasada costumam enfraquecer o apoio da oposição, pois amedrontam e afastam os moderados. E elas unificam as forças pró-governo, pois mesmo dissidentes dentro do partido cerram fileiras diante de uma oposição intransigente. E, quando a oposição joga sujo, ela proporciona ao governo justificativa para reprimir.²

Uma estratégia mais eficaz consistiria em recorrer aos canais institucionais, tentando derrubar medidas inconstitucionais através do Judiciário, por exemplo. Além disso, a construção de uma “ampla coalizão pró-democrática” seria fundamental neste contexto. A curto prazo, estas alianças possibilitariam a concentração de votos contrários aos autocratas, garantindo-lhes derrotas eleitorais. A longo prazo, serviriam para reconstruir as chamadas regras não escritas da democracia, o que fortaleceria as instituições e as protegeria de novos ataques.

Propostas como essas, apresentadas por Levitsky e Ziblatt em seu *best-seller*, vem sendo muito discutidas nos últimos anos. É comum lermos ou ouvirmos sobre a necessidade de “furarmos a bolha” e dialogarmos com nossos adversários políticos, deixando de lado as divergências e focando nos interesses em comum. Contudo, não há ainda um amplo debate sobre a viabilidade dessas medidas.

Também não há muita clareza sobre como devemos lidar com a polarização. Alguns acreditam que ela consiste em um instrumento de mobilização popular, sendo utilizada por políticos para dividir a sociedade e opor os cidadãos à própria democracia. Mas será mesmo que é possível ou desejável um ambiente político despolarizado?

Diante do atual momento, urge a necessidade de refletirmos sobre estas questões. Nos EUA, Joe Biden não teve facilidade em impedir a reeleição de Donald Trump, que deve voltar

² LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Trad. Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 204.

à cena política nos próximos anos. Já no Brasil, Jair Bolsonaro ainda mantém uma taxa de popularidade considerável, apesar de seu governo ter sido marcado por denúncias de corrupção, conflitos com a imprensa, ataques a instituições democráticas e uma condução criminosa da crise instaurada pela pandemia. É evidente, portanto, que eventuais derrotas desses líderes não são definitivas. Sem uma investigação a respeito de suas raízes, é impossível superar fenômenos como o Trumpismo ou o Bolsonarismo.

O presente trabalho propõe-se a analisar a derrocada global da democracia representativa a partir da perspectiva agonística, na forma como ela é concebida por Chantal Mouffe. Tendo como foco o cenário brasileiro, aponta uma via interpretativa deste fenômeno político e discute a pertinência de discursos que dominam o senso comum. Outrossim, almeja examinar não apenas o "populismo de direita" como também o "populismo de esquerda", estratégia discursiva defendida por Mouffe em face do atual momento político. Assim, pretende identificar tanto as suas principais características quanto as suas diferenças.

Na próxima seção (2), introduzo dois paradigmas democráticos para, então, apresentar o modelo agonístico (3 e 4). O objetivo, com isso, é demonstrar que é um equívoco insistir na despolarização e que foi justamente o consenso no centro o que possibilitou o avanço da chamada "onda azul". Em seguida, examino as considerações de Mouffe em relação aos conceitos de "populismo" e de "momento populista", bem como sua defesa ao populismo de esquerda (5). Por fim, volto-me para o cenário nacional e para o Bolsonarismo com a intenção de analisar os eventos que culminaram no declínio da democracia brasileira através da ótica agonística (6).

2 O problema da legitimidade democrática

Em *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*, André Singer, Cicero Araujo e Leonardo Belinelli apresentam duas definições de política. A primeira delas remonta à Grécia Antiga, tendo sido desenvolvida por Hannah Arendt. Para esta, a política poderia ser entendida como prática coletiva da liberdade. Isto, segundo os autores,

Significa afirmar que a política só ocorre quando se cria um espaço público no qual seres humanos livres e iguais se comprometem com um processo deliberativo. Entendemos processo deliberativo como aquele no qual as preferências iniciais dos participantes podem ser alteradas em função dos argumentos apresentados. Assim, a palavra seria o único meio válido de persuasão, e para que haja plena liberdade é necessário que haja igualdade, ou seja, a palavra precisa ser franqueada a todos.³

³ ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo; SINGER, André. *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 13.

A segunda concepção de política trabalhada no livro foi elaborada por Max Weber e apresentada pela primeira vez em conferência pronunciada na Universidade de Munique, em 1919.

De acordo com a concepção de Weber, política é a luta pela direção do Estado – ele estava se referindo ao Estado moderno, instituição que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da força física. Isso implica que a política ocorre quando, direta ou indiretamente, está em jogo a violência organizada. Do ângulo weberiano, o cotidiano da política é o recrutamento de aliados e de seguidores voluntários para vencer a disputa pela condução do Estado.⁴

Se a definição de Arendt se centra na liberdade, a de Weber parece valorizar, sobretudo, a violência. Enquanto a primeira se opõe completamente à dominação, buscando superá-la, a segunda considera este um fator que nunca pode ser perdido de vista, sob o risco de acabarmos sendo dominados⁵. A concepção definida por Arendt readquiriu influência a partir da segunda metade do século XX, quando o modelo de democracia deliberativa passou a ser proposto por autores como John Rawls e Jürgen Habermas. Tal modelo surgiu em contraposição àquele que se convencionou chamar agregativo, desenvolvido a partir do pensamento de Joseph Schumpeter.

A cientista política Chantal Mouffe aduz que o modelo agregativo se centra na ideia de que não há espaço para a soberania popular em uma sociedade de massa. Para os seus defensores, a democracia deveria ser encarada como um sistema no qual as pessoas têm a oportunidade de escolher seus líderes com base em um processo eleitoral competitivo. Assim, a redução da participação popular é vista como algo natural e desejável, à medida que garante estabilidade ao sistema político. Diante disso, caberia aos partidos se pautarem nas preferências dos eleitores, e não em noções abstratas como as de bem-comum.⁶

Tendo em vista o fato de que o modelo agregativo reduz a democracia a uma série de procedimentos, os democratas deliberativos anseiam pelo restabelecimento da dimensão moral da democracia liberal. Dividindo-se em diferentes escolas, eles procuram – de maneira geral – assegurar legitimidade às instituições democráticas negando a impossibilidade de um consenso racional sobre decisões políticas. Mesmo reconhecendo a pluralidade de valores e interesses, o modelo deliberativo sustenta que é possível obter acordos que atendam a interesses gerais através da adoção de procedimentos capazes de assegurar imparcialidade, igualdade, abertura e ausência de coerção ao debate público.⁷

⁴ *Ibidem*, p. 14.

⁵ *Ibidem*, p. 14-15.

⁶ MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. 1st ed. [S. l.]: Verso, 2000, p. 81-82.

⁷ *Ibidem*, p. 89.

A questão, para Mouffe, é que o modelo deliberativo – seja na forma proposta por Rawls ou na forma proposta por Habermas – renuncia ao desafio imposto pelo pluralismo. Por isso, apesar de admitir a necessidade de um modelo que garanta maior legitimidade às instituições democráticas, a autora rejeita o paradigma deliberativo por considerar um erro a insistência quanto à possibilidade de acordos racionais. Para ela, a retomada da legitimidade democrática não passa pela substituição de uma racionalidade instrumental por uma racionalidade comunicativa ou deliberativa, mas sim pela construção de cidadãos democráticos que, sendo devidamente mobilizados, mantêm-se fiéis aos valores da democracia liberal.⁸

3 A perspectiva agonística

Chantal Mouffe é, junto com Ernesto Laclau, o grande nome do chamado “pós-marxismo”. Professora universitária radicada no Reino Unido, sua obra se iniciou ainda no começo dos anos 1980 com o lançamento do clássico “Hegemonia e Estratégia Socialista”. Desde então, dedica-se a propor e discutir caminhos para a esquerda visando a realização de transformações sociais. A pedra angular de seu pensamento – construído tanto de forma individual quanto por meio de parcerias – é a tese de que a esquerda necessita construir um discurso hegemônico.

Em “Sobre o Político”, Mouffe expõe a sua visão sobre o que denomina “o político”, contrapondo-se a grande parte dos teóricos liberais. A fim de lançar as bases de um modelo democrático alternativo, ela se empenha em demonstrar que a abordagem racionalista e individualista – característica do liberalismo - é inadequada para tratar dos desafios impostos aos regimes democráticos contemporâneos.

Ainda no começo de sua obra, a autora estabelece uma distinção entre “a política” e “o político”. Para ela,

[...] a política se refere ao nível “ôntico”, enquanto “o político” tem a ver com o nível “ontológico”. Isso significa que o ôntico tem a ver com as diferentes práticas da política convencional, enquanto o ontológico refere-se precisamente à forma em que a sociedade é fundada.⁹

Em seguida, aponta que, em seu entendimento, “o político” consiste em uma esfera de antagonismo, de luta entre grupos opostos. Após rejeitar explicitamente a perspectiva de Hannah Arendt - para quem, como vimos, o político seria um espaço de liberdade e discussão pública - Mouffe sinaliza que seu objetivo é reformular a oposição amigo/inimigo introduzida

⁸ *Ibidem*, p. 95-96.

⁹ MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. 1. ed. São Paulo: WMF Martins fontes, 2015, p. 7-8.

por Carl Schmitt em “O Conceito de Político”, a fim de torná-la compatível com a democracia liberal.

De acordo com Mouffe, teóricos liberais tendem a negar a ideia Schmittiana de que o antagonismo constitui “o político”. Com isso, eles tornam sustentável a tese de que é possível contemplar diferentes pontos de vista e valores em um sistema político.

O liberalismo tem de negar o antagonismo porque, ao pôr em primeiro plano o incontornável momento da decisão – no sentido profundo de ter de decidir em um terreno indefinido –, o que o antagonismo revela é o próprio limite de qualquer consenso racional.¹⁰

O problema é que, ao ignorarem a dimensão do antagonismo e o fato de que consensos racionais são inalcançáveis em sociedades plurais, tais teóricos tratam dos problemas da democracia de uma forma apolítica e, logicamente, inadequada. Ao invés disso, diz a autora, é preciso buscar um caminho para conciliar “o político” com o pluralismo, que é indispensável à democracia liberal.

Tal conciliação dependeria de uma reformulação da distinção “nós/eles”. Esta não precisa necessariamente ser pensada como uma relação amigo/inimigo, sendo possível concebê-la em termos adversariais. A este tipo de relação, Mouffe dá o nome “agonismo”. A perspectiva agonística possibilita que a relação nós/eles seja domesticada. Dessa forma, neutraliza-se o antagonismo, de modo a garantir a sobrevivência do ente político.

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito.¹¹

Outrossim, Mouffe adverte que em sua teoria o termo “adversário” possui um significado específico. Trabalhando o conceito de hegemonia – que, segundo ela, corresponde a uma segunda dimensão fundamental do “político” – a autora afirma que a disputa adversarial não deve ser entendida como uma mera briga por posições de poder, conforme sustenta o modelo agregativo. Em sua visão, não existe ordem social natural, necessária ou racional, mas sim hegemônica. Por mais que se defenda o contrário, a ordem vigente nos dias de hoje pode, perfeitamente, dar lugar a outra. Tendo isso em vista, podemos pensar a relação adversarial como uma disputa envolvendo diferentes projetos hegemônicos.

¹⁰ *Ibidem*, p. 11.

¹¹ *Ibidem*, p. 19.

4 O papel das paixões

Ainda em “Sobre o Político”, Mouffe salienta que, embora a relação nós/eles possa ser domesticada e transformada em uma relação adversarial, o antagonismo tende a ressurgir se os indivíduos não encontrarem meios para exteriorizarem suas reivindicações. É justamente por isso que, além de destacar a dimensão antagônica do “político” e o caráter hegemônico de toda ordem social, a pensadora belga ressalta a importância de sabermos identificar e mobilizar aquilo que chama de “paixões”.

Partilhando do ponto de vista de Elias Canetti, ela sustenta que, ao mesmo tempo em que somos movidos por um impulso para a individualidade, ansiamos por fazer parte de uma multidão, uma massa.

De um lado existe o que pode ser descrito como um impulso para a individualidade e a singularidade. Mas existe outro impulso que faz com que as pessoas queiram se tornar parte da multidão para se perder num momento de fusão com as massas. [...] essa atração não é algo arcaico e pré-moderno, destinado a desaparecer com os avanços da modernidade; é parte fundamental da estrutura psicológica do ser humano.¹²

Mouffe também se vale das reflexões de Freud acerca do processo de “identificação”. Partindo da ideia de que o homem é uma criatura regida por diferentes instintos libidinais, sendo a evolução da civilização marcada por uma luta entre o instinto da vida e o instinto da agressividade¹³, é fundamental que criemos identidades coletivas que garantam a sobrevivência da democracia. Isto, porém, requer capacidade para mobilizar os cidadãos com base na lógica agonística.¹⁴

Quando menosprezamos o papel das paixões e deixamos de pensar em estratégias para mobilizá-las, damos oportunidades para que forças antidemocráticas o façam. Consequentemente, aqueles que desejam suplantam a democracia conseguem manipular as massas e jogá-las contra o sistema político. De acordo com Mouffe, isto está diretamente relacionado com o recrudescimento do autoritarismo no século XXI.

Isto porque após o fim da Guerra Fria os partidos social-democratas aceitaram a hegemonia do neoliberalismo¹⁵. Ao invés de contestar a nova ordem social, eles se

¹² *Ibidem*, p. 22.

¹³ V. FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

¹⁴ MOUFFE, *Sobre o político*, cit., p. 24-27.

¹⁵ Nas palavras de David Harvey, “o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais

aproximaram do “centro”, perdendo a oportunidade de aprofundar a democracia em todo o mundo.

Longe de tirar proveito de seu antigo antagonista comunista, a social-democracia foi arrastada ao colapso junto com ele. Perdeu-se, assim, uma grande oportunidade para a política democrática. Os acontecimentos de 1989 deveriam ter sido o momento de redefinição da esquerda, uma vez que se livrara do peso representado anteriormente pelo sistema comunista. Havia uma possibilidade real de aprofundar o projeto democrático porque as diferenças políticas tradicionais – tendo sido danificadas – poderiam ter sido redesenhadas de uma forma mais progressista.¹⁶

No Reino Unido, por exemplo, os governos social-democratas que sucederam à Margaret Thatcher não lutaram para reverter as medidas neoliberais implementadas pela “dama de ferro”. Na realidade, o Novo Trabalhismo, sob a liderança de Tony Blair, abraçou o neoliberalismo e tentou adaptar seus objetivos à nova ordem social. Esse tipo de postura, fruto de uma visão pós-política, contribui para que os cidadãos se tornem cada vez mais descrentes quanto a possibilidade de mudanças sociais concretas.

Acontece que, mesmo inseridos em uma realidade que contempla a ordem vigente como a única possível, em um mundo onde não se contesta o neoliberalismo e suas mazelas, ainda continuamos a nos ver como cidadãos. Queremos um mínimo de direitos, um mínimo de bem-estar social. Continuamos a acreditar que isso nos é devido e a procurar algo para pôr no lugar do Estado forte. Para Mark Fisher, isto explica, por exemplo, o porquê de os governos – e não as empresas - serem responsabilizados por crises financeiras resultantes do próprio processo de redução do Estado.

Fazer de bode expiatório um governo impotente (se apressando desesperadamente para limpar as sujeiras deixadas por seus amigos do mundo dos negócios) é pura má-fé, oriunda de uma hostilidade continua ao “Estado babá” que, no entanto, vem acompanhada da recusa em aceitar as consequências da marginalização dos governos no capitalismo global - um sinal de que, no inconsciente político, talvez seja impossível aceitar que não haja controladores centrais, e que o mais parecido com um poder governante atual seja uma miríade de interesses nebulosos que exercem irresponsabilidades corporativa sem prestar contas.¹⁷

requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas”. V. HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

¹⁶ MOUFFE, *Sobre o político*, cit., p. 30.

¹⁷ FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*. Trad. Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 108.

Neste sentido, se por um lado não conseguimos pensar em alternativas ao neoliberalismo e acabamos convivendo com o chamado realismo capitalista¹⁸, por outro também há bastante desgosto em relação ao mundo em que vivemos. E essa insatisfação, esse descontentamento, pode muito bem ser utilizado, vindo a servir como instrumento de mobilização.

Dito isto, quando a esquerda se desloca para o centro, a fronteira entre ela e a direita é apagada. Conforme adverte Chantal Mouffe, o resultado deste movimento é que os partidos de esquerda passam a ser identificados como o *establishment*. Surge, então, a oportunidade para que o populismo de direita renasça com políticos que, apresentando-se como “outsiders”, aproveitem a inércia de seus rivais e joguem com os anseios, as frustrações e a indignação da população para chegarem até o poder.

É incorreto, portanto, atribuir as vitórias do populismo de direita a uma herança autoritária ou a um eleitorado ignorante. Além de triunfar em países com uma forte tradição democrática, seus líderes recebem o apoio de diversas camadas da população, incluindo as mais ricas e informadas. Logo, é mais coerente investigar os erros cometidos pelos partidos políticos do que sinais de “atraso” como os citados anteriormente.¹⁹

Lamentavelmente, contudo, os partidos tradicionais optam por assumir uma posição moralista diante deste cenário. Ao invés de enfrentarem o discurso do populismo de direita e de tentarem entender as causas do seu fortalecimento, tais partidos decidem simplesmente rotular seus adversários como integrantes da “extrema direita”, perdendo a chance de rever seu próprio posicionamento diante da ordem social em vigência.²⁰

5 O populismo de esquerda

Se em *Sobre o Político* Chantal Mouffe expõe as bases de seu pensamento político para indicar os erros da abordagem individualista/racionalista adotada por grande parte dos teóricos liberais, em *Por um Populismo de Esquerda* a cientista política belga se centra naquilo que chama de “momento populista”. Retomando as suas teses sobre “o político” e o pensamento de Ernesto Laclau, ela propõe o populismo de esquerda como estratégia política a ser adotada pelos progressistas hoje.

¹⁸ Fisher se dedica a analisar as origens e as implicações daquilo que chama de realismo capitalista. De acordo com ele, este consiste no “sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele”. FISHER, *Realismo capitalista, cit.*, p. 10.

¹⁹ MOUFFE, *Sobre o político, cit.*, p. 64-65.

²⁰ *Ibidem*, p. 71.

Conforme sustenta Laclau, o populismo deve ser entendido como um modo de fazer política que divide a sociedade em dois polos: o dos excluídos e o dos poderosos²¹. Ele também pode assumir diferentes formas, a depender de circunstâncias como tempo e lugar. Por isso, é possível falar tanto em populismo de direita quanto em populismo de esquerda. Ademais, quando a hegemonia da ordem social passa a ser desafiada, surge um “momento populista”.

Podemos falar de um “momento populista” quando, sob a pressão de transformações políticas ou socioeconômicas, a hegemonia dominante é desestabilizada pela multiplicação de demandas insatisfeitas. Nessas situações, as instituições existentes falham em garantir a lealdade das pessoas, na tentativa de defender a ordem existente. Como resultado, o bloco histórico que estabelece a base social de uma formação hegemônica é desarticulado, e surge a possibilidade da construção de um novo sujeito de ação coletiva – o povo – capaz de reconfigurar uma ordem social tida como injusta.²²

Mouffe acredita que, tal como nos anos posteriores ao colapso da União Soviética, estaríamos novamente diante de uma oportunidade para aprofundarmos a democracia em todo o mundo. Isto porque a crise econômica de 2008, ao evidenciar as contradições do neoliberalismo, acarretou uma série de eventos que abalaram o consenso em relação à ordem social hegemônica.²³

O momento populista, portanto, exige a adoção de uma estratégia política que, traçando uma fronteira entre o povo e a oligarquia, articule as demandas democráticas dos diferentes grupos sociais prejudicados pela ordem hegemônica. Contudo, tal movimento requer uma visão não essencialista dos partidos de esquerda. Estes devem entender que o seu dever não consiste apenas em “mobilizar a classe trabalhadora”. É preciso dar ouvidos às reivindicações populares que não são expressas em termos de classe, procurando atender às demandas dos imigrantes, dos movimentos feministas e da comunidade LGBTQIA+, por exemplo.²⁴

Preocupando-se em distinguir com clareza o populismo de esquerda do populismo de direita, a autora afirma que a diferença fundamental entre essas estratégias políticas se encontra na forma como a oposição “nós/eles” é definida. Os populistas de direita delimitam o “povo” de modo a excluir diversos grupos sociais – como os imigrantes, por exemplo. Por mais que insuflam as massas contra as elites, eles não desejam romper com a ordem social neoliberal. Não há, por trás do discurso do populismo de direita, um projeto de ampliação da igualdade ou

²¹ V. LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

²² MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. Trad. Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 31-32.

²³ *Ibidem*, p. 32-33.

²⁴ *Ibidem*, p. 44-48.

de concretização da soberania popular, mas, apenas, um projeto de poder. Para este projeto, a democracia é um meio, e não um fim.²⁵

Por último, deve-se reconhecer que, hoje, o populismo de direita dispensa qualquer ética retórica²⁶. Seus líderes não hesitam em recorrer a notícias falsas para justificarem suas ações ou prejudicar seus adversários. Neste sentido, também apelam frequentemente ao senso comum, reforçando preconceitos que dividem a população com o intuito de gerar mobilização²⁷. Tudo isto compromete a qualidade do debate público e impõe um ônus excessivo a adversários políticos que decidem “jogar limpo”.

6 O caso brasileiro

6.1 Pemedebismo e Social-Desenvolvimentismo

A história recente da política brasileira parece confirmar grande parte dos *insights* de Mouffe. Com base em suas lições, pretendo sustentar a tese de que a derrocada política do Partido dos Trabalhadores está diretamente relacionada ao seu deslocamento para o centro político. Em paralelo a isso, a ascensão meteórica de Jair Bolsonaro deve ser atribuída à sua capacidade de se opor – mesmo que apenas no discurso – ao sistema político brasileiro e às suas práticas tradicionais.

Antes, porém, é preciso sinalizar que esses eventos podem ser interpretados de diversas maneiras. O objetivo, aqui, é oferecer uma via interpretativa que seja compatível com as ideias trabalhadas nas seções anteriores.

Em *Imobilismo em Movimento*, Marcos Nobre defende que o sistema político brasileiro opera de acordo com uma lógica que o blindava de pressões sociais, evitando, conseqüentemente, a expansão da democracia no país. Nobre chama essa cultura política de pemedebismo, em referência ao partido que foi o primeiro a governar com base nela. Segundo o autor, o pemedebismo começou a ser gestado no período da transição da Ditadura Militar para a democracia, momento em que as múltiplas forças de oposição ao regime militar - outrora aglutinadas no MDB - encontravam-se dispersas. Já na Constituinte (que se estendeu de março

²⁵ *Ibidem*, p. 47.

²⁶ Olivier Reboul chama atenção para os riscos da instrumentalização da retórica. De acordo com o filósofo francês, para que a retórica mantenha um compromisso com a busca pela verdade é preciso que se garanta igualdade entre as partes que debatem. Eles devem ter os mesmos direitos e devem poder ter os seus argumentos contestados. Do contrário, caso um dos oradores não seja livre e tenha que se submeter a outro, o diálogo estará comprometido. V. REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedeti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 227-231.

²⁷ Neste campo, Jair Bolsonaro se mostra um verdadeiro mestre. Sua habilidade para distrair a imprensa recorrendo a discussões que dividem a população brasileira pode ser observada em sua entrevista ao programa Roda Viva em 2018. Assistida por milhões de brasileiros, esta entrevista serviu para apresentar Bolsonaro e seu discurso carregado de preconceitos ao eleitorado nacional.

de 1987 a outubro de 1988), buscou-se “proteger” a ordem política em formação da influência de grupos progressistas que buscavam espaço. Na ocasião, a blindagem foi possibilitada pelo Centrão, bloco suprapartidário que conseguiu se sobrepor aos desarticulados progressistas.²⁸

Os traços constituintes do pemedebismo foram surgindo e se fortalecendo ao longo do tempo, durante diferentes governos. Sua consolidação não se deve às ações de um governo ou de um partido específico. É, na verdade, fruto de uma série de eventos que se desenrolaram ao longo das últimas décadas. Assim sendo, o pemedebismo não está necessariamente atrelado ao PMDB, já que perpassa todos os governos desde a redemocratização.²⁹

Ademais, não deve ser compreendido como uma mera “marcha ao centro” – movimento que, como vimos, tornou-se padrão a partir do neoliberalismo. Ele conta com características próprias, consistindo em uma lógica política praticamente única. Segundo Nobre, seus elementos fundamentais são:

o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a “governabilidade”; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento político e aberto (exceto em polarização artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral).³⁰

Esta cultura política, que permite que se controle o ritmo das transformações sociais, se tornou hegemônica, inconteste. Ao invés de desafiar-la, os governantes buscam controlar o sistema político com base nela. Foi isto o que fez o Partido dos Trabalhadores, que, após dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se o regente absoluto daquilo que Nobre chama de “condomínio pemedebista”.³¹

A estratégia adotada pelo partido consistia em evitar vetos impostos pelo sistema político. Os governos petistas apostaram em medidas que não encontravam oposição declarada, como a política de aumento real do salário mínimo e a implementação de programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Essas medidas contribuíram para o sucesso eleitoral do PT, garantindo que o partido também pudesse ampliar o seu poder de veto.³²

²⁸ NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 9-25.

²⁹ *Ibidem*, p. 10-11.

³⁰ *Ibidem*, p. 14.

³¹ *Ibidem*, p. 103-104.

³² *Ibidem*, p. 18-19.

Pensemos, por exemplo, no caso do Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário. Ele é parte integrante do sistema político, já que seus membros tomam decisões com motivações e implicações políticas. O órgão, portanto, pode ser utilizado tanto como alternativa a um veto³³ quanto para a imposição de um veto. Ao longo de seus governos, os petistas realizaram uma série de indicações ao STF, ampliando, assim, a sua capacidade de contornar ou de estabelecer vetos.

Pondo em pauta o combate à desigualdade, os governos de Lula e de sua sucessora, Dilma Rousseff, contribuíram para o florescimento de um novo modelo de sociedade, o qual Marcos Nobre denomina “social-desenvolvimentismo”³⁴. Esse novo modelo começou a se estruturar ainda nos anos 1980, durante o processo de redemocratização do país. De acordo com Nobre, ele se funda na noção de que as desigualdades sociais não devem ser naturalizadas ou aceitas como um mal necessário ao desenvolvimento do país. Elas devem ser discutidas coletivamente e levadas para o centro do debate público. Nas palavras do autor,

“social” quer dizer democrático, tanto no sentido de um regime de governo como no sentido mais profundo do combate às diversas formas de desigualdade, de não impor ao conjunto de cidadãos, aos muitos povos que habitam o território (os indígenas, essencialmente) um modelo determinado de levar a própria vida como obrigatório e inescapável. O social-desenvolvimentismo não aceita como inevitáveis para o desenvolvimento do país padrões de desigualdade indecentes, medidos por qualquer padrão disponível. Como também não aceita que desenvolvimento econômico signifique devastação ambiental ou um sistema político estruturalmente corrupto.³⁵

Nobre entende que, desde os anos 1980, o sistema político brasileiro se esforça para controlar o processo de democratização do país. O desenvolvimento do pemedebismo, em sua visão, é resultado desse esforço. No mesmo período, passou a ganhar forma o social-desenvolvimentismo, um novo modelo de sociedade no qual as desigualdades sociais são encaradas como algo a ser debatido e combatido. Pemedebismo e social-desenvolvimentismo, são fenômenos antagônicos, já que o desenvolvimento de um trava o desenvolvimento do outro. Em razão disso, o choque entre eles é inevitável.

6.2 Despolarização política e polarização social

Ao frear a expansão da democracia e o assentamento do social-desenvolvimento, o sistema político perdeu, progressivamente, a credibilidade perante a população. Foi neste

³³ Nobre cita como grande exemplo disso o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, ocasião em que o órgão confirmou o entendimento de um órgão do Executivo – a Receita Federal – sobre o tema. V. NOBRE, *Imobilismo em Movimento*, cit., p. 17.

³⁴ *Ibidem*, p. 23.

³⁵ *Idem*.

contexto em que se deu o crescimento vertiginoso do antipetismo. Depois de conseguir emplacar sucessivos mandatos no governo federal, o Partido dos Trabalhadores transformou-se no maior símbolo de um sistema político visto como corrupto, inacessível e impermeável aos anseios populares.

Quando eclodiram as manifestações de junho de 2013, o PT já não era mais enxergado como um partido *outsider* e contrário à velha política. Após anos de governos Lula e Dilma, o partido se confundia com o próprio *establishment*. Ao conseguir governar sem romper com o pemedebismo, acabou tornando invisíveis as fronteiras que o separava de seus adversários. Para Nobre, as manifestações consistiam em uma grande oportunidade para o PT mudar a percepção coletiva. Entretanto, o partido não soube explorar a chance e, ao decidir continuar tentando administrar o “condomínio pemedebista” ao invés de atender às reivindicações populares, foi se enfraquecendo cada vez mais.³⁶

Na realidade, quem soube utilizar a insatisfação popular a seu favor foi Jair Bolsonaro. Mesmo tendo ocupado cargos políticos por décadas, durante a campanha para as eleições de 2018 o capitão do exército conseguiu se vender como alguém que poderia romper com as práticas políticas tradicionais. Servindo-se de um discurso anticorrupção, moralista e nacionalista, Bolsonaro não teve dificuldade para derrotar o petista Fernando Haddad e impulsionar a candidatura de diversos aliados.

Em síntese, durante seus sucessivos mandatos presidenciais o Partido dos Trabalhadores buscou dominar o sistema político, evitando rupturas. Consequentemente, tornou-se símbolo e vidraça. A despolarização, portanto, constitui um importante ingrediente do caldo antipetista que viria a entornar em junho de 2013. Ignorando esse componente, o PT cometeu uma série de erros políticos e econômicos³⁷ que ampliaram o estrago e culminaram no *impeachment* em 2016. Como se não bastasse, em 2018 o partido insiste em lançar um candidato à eleição presidencial, mesmo após a prisão de Lula. Estava pavimentado o caminho para que um líder como Bolsonaro chegasse ao poder. Ao contrário de seus adversários,

³⁶ V. NOBRE, Marcos. *Marcos Nobre: Se Lula ganhar e voltar ao modelo pemedebista, Bolsonaro se elege em 2026*. Entrevista concedida a Guilherme Magalhães. JOTA, São Paulo, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/marcos-nobre-se-lula-voltar-ao-modelo-pemedebista-bolsonaro-se-elege-em-2026-28072022/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

³⁷ Grande exemplo foi a escolha de Dilma Rousseff por Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda logo após a sua reeleição, em 2014. Depois de um primeiro mandato marcado pela fracassada tentativa de implementação de um novo modelo econômico menos dependente do incentivo ao consumo, buscou-se, com Levy, frear o avanço da inflação e, assim, reaquecer a economia. No entanto, suas medidas ortodoxas – que consistiam, entre outras, em cortes de investimentos públicos e desonerações – surtiram o efeito contrário, levando ao caos econômico que, junto com a crise política, resultaria no *impeachment* de Dilma. V. CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018, p. 97-114.

Bolsonaro entendeu a receita do antipetismo e conseguiu utilizá-lo para mobilizar a população e vencer a disputa com Haddad.

Finalmente, é preciso assinalar que os governos petistas não produziram apenas despolarização política. Como bem explica André Singer, durante a “Era PT” gerou-se uma polarização diferente, não entre direita e esquerda, mas entre ricos e pobres³⁸. Em sua visão, isto se deve a uma série de fatores.

Em primeiro plano, desde o primeiro mandato presidencial de Lula o PT optou por evitar confrontos. A intenção por trás dessa postura, segundo Singer, era diminuir a desconfiança tanto da parte mais carente do eleitorado – que temia por rupturas que pudessem deteriorar ainda mais as suas condições de vida – quanto dos setores mais abastados – temerosos de que Lula e seus companheiros pudessem efetuar reformas muito radicais³⁹. Assim, o partido optou por dirigir a luta de classes atuando como uma espécie de árbitro. Ao invés de mobilizar determinado grupo social, tentou resolver os conflitos de forma interna, dentro dos limites estatais.⁴⁰

Por outro lado, episódios como o do mensalão afastaram o PT da classe média e da elite, aproximando essa parcela do eleitorado de partidos como o PSDB. Paralelamente a isso, a criação de programas sociais como o Bolsa Família, a expansão do financiamento popular e a política de aumento real do salário-mínimo levaram Lula a conquistar amplo apoio entre as camadas mais pobres da população, dando origem ao chamado Lulismo – fenômeno que, segundo Singer, permaneceu vivo com a eleição de Dilma.⁴¹

Singer conclui que os governos petistas foram marcados tanto por despolarização política quanto por polarização social. A estratégia de conciliar o conflito social por meio do controle do sistema político teria jogado para escanteio a polarização entre direita e esquerda. No entanto, políticas econômicas petistas e eventos como o mensalão originaram uma nova polarização, sendo essa entre pobres e ricos. Tal como a despolarização política, a polarização social também acabou servindo como ingrediente da receita antipetista.

³⁸ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 35.

³⁹ Até as eleições de 2006, o PT sempre havia tido grande dificuldade em conquistar o voto do eleitorado mais pobre – mais especificamente, do subproletariado. Na visão de Singer, este tipo de eleitor, por não ter condições de se mobilizar, tende a buscar uma figura que o represente. Por isso, desconfia de movimentos sociais capazes de desestabilizar a ordem e apresenta preferência por candidatos empenhados em resolver conflitos pelo alto, de modo a preservar a “paz social”. Isto explicaria a sua rejeição histórica a Lula – um ex-líder sindical - e, em parte, a postura conciliatória adotada pelo PT a partir da campanha de 2002. V. SINGER, *Os sentidos do lulismo*, cit., p. 58-59.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 156-157.

⁴¹ *Ibidem*, p. 62-68.

6.3 Bolsonarismo e polarização

Tal como Trump em 2016, Bolsonaro não era encarado como o favorito para as eleições de 2018. Até poucos meses antes da votação do 1º turno, ele era um desconhecido para grande parte do eleitorado. Sua impressionante marcha rumo ao Palácio do Planalto surpreendeu os setores progressistas, que até hoje têm dificuldade em entender a fórmula de seu sucesso.

Conforme apontado anteriormente, o Bolsonarismo se insere em um contexto de ascensão global do populismo de direita. Líderes como Bolsonaro têm como principal estratégia a criação de uma divisão entre dois polos: o do povo - ou dos cidadãos de bem - e o das elites - ou dos corrompidos. Valendo-se do fértil terreno das desregulamentadas redes sociais e ignorando as ultrapassadas mídias tradicionais, eles não hesitam em construir realidades paralelas para gerar mobilização, como bem sustenta Giuliano da Empoli em *Engenheiros do Caos*.

Por trás do aparente absurdo das fake news e das teorias da conspiração, oculta-se uma lógica bastante sólida. Do ponto de vista dos líderes populistas, as verdades alternativas não são um simples instrumento de propaganda. Contrariamente às informações verdadeiras, elas constituem um formidável vetor de coesão. [...] Assim, o líder de um movimento que agregue as fake news à construção de sua própria visão de mundo se destaca da manada dos comuns. Não é um burocrata pragmático e fatalista como os outros, mas um homem de ação, que constrói sua própria realidade para responder aos anseios de seus discípulos.⁴²

Ao contrário do que pode parecer, esses políticos contam com equipes preparadas para fazer com que eles dominem as redes sociais. Como explica da Empoli, seus “times” conseguem usar os algoritmos para descobrir como cativar os usuários e gerar engajamento. Munidos de dados que revelam, por exemplo, o que causa mais indignação em relação a um político específico, eles são capazes de gerar o conteúdo perfeito não apenas para atrair aqueles que vagam por redes como o Twitter e o Tik Tok como para mantê-los afastados de políticos rivais.⁴³

Assim como o Lulismo não se confunde com Lula, o Bolsonarismo não deve ser confundido com Bolsonaro. Esse é um fenômeno amplo, que vai muito além da figura da qual seu nome deriva. Como bem percebe Rodrigo Nunes, consiste em uma convergência de diferentes tendências presentes na sociedade brasileira: (i) o anti-intelectualismo; (ii) o

⁴² EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do Caos*. Trad. Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019, p. 15.

⁴³ *Ibidem*, p. 50-53.

militarismo; (iii) o empreendedorismo; (iv) o combate a corrupção; (v) o conservadorismo; (vi) o libertarianismo econômico; e (vii) o anticomunismo.⁴⁴

Ainda de acordo com Nunes, tais tendências podem ser compartilhadas por diferentes estratos sociais, restringir-se a determinadas classes ou mesmo assumir significados diferentes para classes diferentes. Ademais, podem surgir espontaneamente em diferentes classes (caso das cinco primeiras) ou serem impostas por uma classe a outra (caso das duas últimas)⁴⁵. Todas elas acabam sendo articuladas por meio da figura do cidadão de bem, que se contrapõe aos que “vivem na mamata”.

Como assinalou Isabela Kalil, o maior feito do bolsonarismo foi ter conseguido que todos esses diferentes elementos – militarismo, anti-intelectualismo, empreendedorismo, anticomunismo, libertarianismo econômico, discurso anticorrupção, conservadorismo social – convergissem em torno de uma única figura: o “cidadão de bem”⁴⁶. Se há um significante vazio que representa a base bolsonarista para si mesma, é esse. Do outro lado da fronteira de antagonismo, o conceito de “mamata” exerce a mesma função quando se trata de identificar o inimigo, podendo aplicar-se a uma gama de coisas que vai da leniência com criminosos aos salários exorbitantes de políticos e membros do Judiciário; da estabilidade laboral dos servidores públicos à liberdade sexual e o questionamento dos papéis tradicionais de gênero; do desvio de verbas públicas a políticas de ação afirmativa nas universidades.⁴⁷

A polarização, portanto, é estruturante para o Bolsonarismo, já que impõe ordem a esse fenômeno caótico e completamente incoerente. Além disso, é o que torna o Bolsonarismo um populismo. Por operar em favor do aprofundamento da ordem neoliberal, trata-se de um populismo de direita. Na visão de Nunes, a compatibilização entre Bolsonarismo e Neoliberalismo se explica pelo fato de o conservadorismo social – tendência inerente ao Bolsonarismo – compartilhar uma “gramática moral” em comum com o Neoliberalismo. Essa gramática se funda no individualismo, no punitivismo e na valorização da ordem acima da lei.⁴⁸

7 Conclusão

É ingênuo pensar que eventuais derrotas eleitorais do populismo de direita representam o fim da crise democrática e a volta à “normalidade”. Foi justamente a normalidade que levou a tal crise. Foi operando em condições-padrão que a democracia liberal chegou ao seu declínio. Portanto, urge identificar o que há de errado com o regime nos dias atuais. A menos que as

⁴⁴ NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022, p. 22-52.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 26-32.

⁴⁶ V. KALIL, Isabela. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro [relatório de pesquisa]. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

⁴⁷ NUNES, *Do transe à vertigem, cit.*, p. 37.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 40-41.

falhas sejam reconhecidas e reparadas, fenômenos como o Trumpismo e o Bolsonarismo – por mais incoerentes que sejam - prevalecerão.

A ideia amplamente difundida de que uma alta polarização seria o principal fator responsável pelo desencadeamento do processo de erosão dos pilares democráticos não encontra correspondência na realidade. Conforme apontado por Chantal Mouffe, o que ocorreu foi justamente o contrário: a criação de um ambiente político despolarizado impulsionou a “onda azul”, dando origem ao caos democrático. Diante disso, a formação de frentes amplas democráticas torna-se algo completamente sem sentido. Afinal, se os populistas de direita se apresentam como *outsiders*, como políticos diferentes dos demais, então a união de toda a oposição para derrotá-los tende justamente a fortalecê-los.

Ademais, o caso brasileiro confirma o diagnóstico de Mouffe. No entanto, é bem verdade que ele apresenta uma peculiaridade. O modelo econômico adotado a partir de 2002 pelo Partido dos Trabalhadores e os escândalos de corrupção que marcaram os primeiros mandatos do governo de Lula deram origem ao Lulismo, fenômeno que divide a sociedade brasileira opondo pobres a ricos. Logo, André Singer está com a razão quando diz que o PT produziu tanto despolarização quanto polarização. Esta polarização social é, contudo, um componente secundário do caldo antipetista, já que o Lulismo depende da despolarização política para surgir.

O primeiro passo a ser tomado pela esquerda, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, é reconhecer que, hoje, o populismo de direita se alimenta do descontentamento em relação à ordem vigente. Nem todos os eleitores de Trump e Bolsonaro são fascistas ou simpatizantes da Ku Klux Klan. Muitos são apenas pessoas comuns, que anseiam pela efetivação dos ideais democráticos, que querem a verdadeira soberania popular, a real igualdade e que desprezam sistemas políticos dirigidos por elites e para as elites. As pessoas estão vivas, atentas, ansiosas e indignadas. Se elas não forem tocadas pelo discurso da esquerda, serão tocadas pelo discurso da direita.

Por fim, o momento requer estratégia. Mais especificamente, uma estratégia que oponha o povo à oligarquia; os que perderam com o projeto neoliberal aos que se beneficiaram dele. Para isso, é preciso abandonar visões tradicionais e tentar articular as demandas dos diferentes grupos sociais prejudicados pelos rumos tomados na ordem que emergiu após a queda do muro de Berlim. A oposição às elites, contudo, não pode ficar apenas no terreno da retórica, servindo somente como um recurso para vencer eleições. Ela precisa ser demonstrada através de novas – e corajosas - práticas políticas e econômicas que demonstrem descontinuidade em relação ao consenso no centro que se instaurou a partir da década de 1990.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo; SINGER, André. *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.
- EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do Caos*. Trad. Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*. Trad. Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- KALIL, Isabela. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro [relatório de pesquisa]. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Trad. Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. Trad. Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. 1. ed. São Paulo: WMF Martins fontes, 2015.
- MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. 1st ed. [S. l]: Verso, 2000.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOBRE, Marcos. *Marcos Nobre: Se Lula ganhar e voltar ao modelo pemedebista, Bolsonaro se elege em 2026*. Entrevista concedida a Guilherme Magalhães. JOTA, São Paulo, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/marcos-nobre-se-lula-voltar-ao-modelo-pemedebista-bolsonaro-se-elege-em-2026-28072022/>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedeti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Como citar este artigo: MONTEIRO, João Pedro. Conformismo, crise e populismo: o colapso da democracia contemporânea sob a perspectiva agonística de Chantal Mouffe. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 1–21, 2023.

Recebido em 04.04.2023

Publicado em 25.08.2023

